

ASPECTOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINA NA TRANSIÇÃO DA ATIVIDADE MINERADORA PARA AS ATIVIDADES TURÍSTICA E EDUCACIONAL

Cláudia Costa Neves^{*}
Sonaly Rezende^{**}

Este artigo analisa o contexto de transição da atividade mineradora, tradicional no município desde os primórdios da sua ocupação, para atividades de caráter bastante diverso do caráter extrativista do garimpo, as atividades turísticas e educacionais. Tal contextualização foi construída a partir da observação dos aspectos históricos, demográficos e socioeconômicos do município, sobretudo na Década de 90, quando o esgotamento do garimpo já havia se tornado uma realidade. À luz da observação da referida mudança, buscou-se uma teoria que a norteasse e mostrasse quais paradigmas atuaram no processo de transição. Assim, busca-se entender em que medida essas transformações afetaram e continuarão a afetar a dinâmica sócio-demográfica local e regional, propondo algumas estratégias para que as políticas públicas sejam orientadas no sentido de adequar a realidade do município à realidade de uma cidade turística bem estruturada e desenvolvida.

Palavras-chave: mudança de paradigma, economia local, economia regional, dinâmica demográfica, nível socioeconômico.

^{*} Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

^{**} Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da UFMG.

ASPECTOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINA NA TRANSIÇÃO DA ATIVIDADE MINERADORA PARA AS ATIVIDADES TURÍSTICA E EDUCACIONAL

Cláudia Costa Neves^{*}

Sonaly Rezende^{**}

1- Introdução

O principal objetivo deste trabalho é focar a análise socioeconômica e demográfica do município de Diamantina, no contexto da transição da atividade mineradora para as atividades relacionadas ao turismo e à educação, ampliadas durante os anos 90, período em que se processou o declínio do garimpo e o crescente aproveitamento do potencial turístico da cidade, paralelamente à ampliação do seu sistema educacional.

A transição em questão e suas conseqüências sociais são analisadas a partir de uma teoria que defende a transição paradigmática decorrente do esgotamento do capitalismo enquanto processo civilizatório, na qual está em jogo uma transformação tanto no campo epistemológico como no plano da organização da sociedade

Entender o declínio da principal atividade econômica que originou a cidade de Diamantina e foi seu principal fator de crescimento, em três séculos de exploração, ajuda a explicar a mudança de paradigma que tem orientado a economia local e tem sido fundamental para a criação de uma nova identidade para a população. Assim, este estudo traz contribuições ao debate sobre as conseqüências dessa mudança de paradigma na dinâmica demográfica e na reestruturação de uma sociedade extrativista para uma sociedade mais voltada para as questões ambientais e culturais

2- Da observação à teoria: a mudança de paradigma na organização social de Diamantina

A partir da constatação de que se vive um esgotamento da atividade extrativista do diamante e o fomento da atividade turística e educacional no município de Diamantina, questiona-se a possibilidade de uma conseqüente transformação em sua organização social. A base econômica, segundo Marx, constitui-se como a estrutura material da sociedade e determina seus processos de organização e transformação. As formas pelas quais os homens produzem os bens necessários à sua vida – a infra-estrutura – determinam a superestrutura que corresponde às estruturas jurídico-política e ideológica. Nessa linha de pensamento, para se descobrir como os homens produzem suas idéias é necessário pensar nas relações

^{*} Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

^{**} Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da UFMG.

que eles estabelecem com a natureza para transformá-la, por meio do trabalho, e nas relações que eles estabelecem entre si (ARANHA, 1989).

A partir dos anos oitenta travou-se uma série de debates que vieram problematizar a tradição marxista. Um desses debates versa sobre a primazia da economia e das relações de produção nos processos de transformação social. Faz-se uma crítica veemente ao reducionismo e ao determinismo econômico, tanto no que é considerado insustentável, quanto pela crescente importância que é dada aos fatores políticos e culturais nos processos de transformação social (SANTOS,2001).

O sociólogo Boaventura Santos sustenta que vivemos um momento de crise, que evidencia uma transição entre o paradigma da modernidade e um outro paradigma, ainda pouco definido, da pós-modernidade, que se dá tanto no plano epistemológico quanto social. Localiza tal transição relacionando-a ao esgotamento do capitalismo enquanto sistema civilizatório. Um dos sintomas desse esgotamento, segundo o autor, diz respeito à transformação da natureza em mera condição de produção que se verifica na acumulação capitalista, evidenciando a contradição crescente entre o ecossistema, que é finito, e a acumulação de capital, que é tendencialmente infinita.

No campo das transformações sociais o autor em pauta localiza o conflito entre o paradigma capital-expansionista, dominante, e um paradigma emergente, denominado por ele como eco-socialista. O paradigma dominante tem as seguintes características nomeadas por Santos: o desenvolvimento social é medido essencialmente pelo crescimento econômico; o crescimento econômico é contínuo e se assenta na industrialização e no desenvolvimento tecnológico virtualmente infinitos; é total a descontinuidade entre a natureza e a sociedade; a natureza é matéria valorizável somente enquanto condição de produção, o que justifica que o controle sobre a força de trabalho não tenha de estar sujeito às regras democráticas. O fato do modelo de transformação social proposto por Marx contemplar somente as três primeiras características levantadas conduz o autor a considerá-lo como um modelo sub-paradigmático. O paradigma emergente é concebido como tendo as seguintes características: o desenvolvimento social é aferido pelo modo como são satisfeitas as necessidades humanas fundamentais e é tanto maior quanto mais diverso e menos desigual; a natureza é a segunda natureza da sociedade e, sem se confundir com ela tampouco lhe é descontínua.

SANTOS (2001) afirma que, à medida que se avança na transição paradigmática, fica mais difícil fazer uma distinção entre os fatores econômico, político e cultural. Cada vez mais, os fenômenos mais importantes são, simultaneamente, econômicos, políticos e culturais, não sendo razoável, dessa forma, considerar o político e o cultural como epifenômenos, nem cada fator como entidades autônomas.

À luz das considerações apontadas, pode-se redimensionar a análise da questão proposta, localizando a transformação social decorrente do esgotamento da atividade garimpeira e do crescimento do turismo e da educação na perspectiva do esgotamento do paradigma capital-expansionista e da emergência de outro paradigma denominado eco-expansionista.

3- Metodologia

Este estudo se assenta em análises descritivas das perspectivas históricas, demográficas e socioeconômicas da população do município de Diamantina, no contexto da microrregião e do Estado.

A análise histórica se baseia em relatos de historiadores que, sobretudo em épocas atuais, vêm reunindo documentos relacionados ao desenvolvimento da sociedade diamantinense e seu modo de vida, durante o estabelecimento da atividade mineradora e a expansão urbana do município. É necessário considerar a face qualitativa do estudo realizado, ancorada na proposição de HABERMAS (1982), de que a validade de um paradigma teórico não tem sua base exclusivamente na evidência empírica mas, em parte, é determinada pela capacidade de abranger diferentes contribuições interpretativas da tradição de modo que carreguem novas possibilidades de significação para a sociedade atual.

A análise demográfica, por sua vez, traz insumos para a descrição do processo de crescimento populacional urbano e rural, a partir da taxa de crescimento geométrico médio anual (r), para os anos 70, 80 e 90, sendo as fontes de dados, os Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000 (IBGE). Também é apresentada a evolução recente da estrutura etária da população do município, por meio das pirâmides etárias dos anos de 1991 e 2000, observando-se a sua Razão de Dependência, que é dada pela razão entre a população com menos de 15 e mais de 65 anos e a população com idades entre 15 e 64 anos. A Análise da estrutura etária foi realizada a partir das informações dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, do IBGE.

Por fim são observados os indicadores de mortalidade, longevidade e fecundidade, a saber (PNUD, IPEA, FJP, 2005):

- Taxa de mortalidade infantil: este indicador se reporta às crianças de até 1 ano de idade e corresponde ao número de crianças que não irão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada mil crianças nascidas vivas
- Esperança de vida ao nascer: indica o total de anos de vida esperados, a partir do nascimento.
- Taxa de Fecundidade Total: é dada pelo número de filhos tidos, em média, pelas mulheres durante o seu período reprodutivo.

A análise socioeconômica traz alguns indicadores descritos a seguir, segundo critérios do PNUD; IPEA; FJP (2005):

- Renda per capita municipal: razão entre o somatório da renda per capita de todos os municípios e o número total de municípios. Valores expressos em reais de 1º de agosto de 2000.
- Proporção de pobres: Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a R\$75,50, equivalentes a 1/2 do salário mínimo vigente em agosto de 2000.

O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

- Índice de Gini: mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).
- Índice de Desenvolvimento Humano: é obtido pela média aritmética simples de três sub-índices, referentes às dimensões Longevidade (IDH-Longevidade), Educação (IDH-Educação) e Renda (IDH-Renda).

Percentual de crianças e jovens freqüentando a escola em 1991 e em 2000 (5 a 6, 7 a 14, 15 a 17 e 18 a 24 anos).

4- Evolução histórica do município de Diamantina

A história de diamantina remete-nos à origem colonial brasileira. Segundo LIMA JUNIOR (1978) as terras diamantinenses tiveram um povoamento rápido e intenso em função, primeiramente, da descoberta de ouro e, posteriormente, das riquíssimas jazidas de diamantes ali encontradas no início do século XVIII. De início, para lá se dirigiram pessoas da região paulista e baiana, seguidas por levadas intensas de portugueses. O governo de Portugal, por mais de uma vez, proibiu a vinda de portugueses para o Brasil, tamanho o movimento migratório que para cá se estabeleceu. Em pouco tempo, na região do Tijuco floresceu um arraial de rara opulência, graças ao intenso comércio de que era centro, tornando-se um dos principais núcleos da economia colonial.

Ainda segundo LIMA JUNIOR (1978) nem todos os que se estabeleceram na região lidavam diretamente com a extração diamantífera; era grande o número de artífices, carpinteiros, ourives, alfaiates, pedreiros, além de eclesiásticos e prostitutas. O maior número de brancos veio de Portugal, predominando os judeus e cristãos novos, introdutores da maçonaria, bons ourives e lapidadores de pedras.

A sociedade diamantinense caracterizou-se por grande mobilidade social, apesar de critérios como honra e nascimento figurarem como valores em sua hierarquia. Constituída, em sua maioria, por negros escravizados, contava com homens e mulheres libertos, minoria branca portuguesa, além de índios. A intensa mestiçagem presente na constituição da população diamantinense é amostra pungente da formação do povo brasileiro (MATA MACHADO, 1980). Segundo MOURA (1983) as irmandades religiosas constituíram-se como mecanismos de organização e inserção social, uma vez oferecerem um lugar para todos na hierarquia daquela sociedade. Além disso, funcionavam como verdadeiras instituições de previdência social.

O crescimento populacional urbano e a presença de um meio de troca circulante colocaram-se de modo a pressionar a produção agrícola para o abastecimento alimentar. Os tropeiros garantiam a circulação de mercadorias, fazendo a ligação entre Minas, Rio de Janeiro e Bahia. A atividade manufatureira também teve uma presença importante para o desenvolvimento da região, dado que tal atividade ultrapassava os limites impostos pela coroa (MENEZES, 2000).

O Arraial do Tijuco formou-se a partir de pequenos núcleos ao redor das lavras de garimpo de ouro e diamante. No início, foram três os núcleos formados; o Arraial do Rio Grande, o Arraial de Cima e o Arraial de Baixo. Mais tarde surgiu o Arraial dos Forros. Os quatro arraiais permaneceram mais ou menos isolados até que, em função do crescimento da cidade e da chegada cada vez maior de autoridades do governo colonial, começaram a surgir caminhos ligando os arraiais. Por volta do século XVIII estava formado o núcleo histórico da cidade (MARTINS, 2000).

Tendo como motor principal da economia a extração de diamantes, organizou-se uma sociedade complexa e multifacetada, sobre a qual imperou um jugo estatal autoritário, opressor das liberdades individuais. Descobertos os diamantes, organizou-se a exploração e cobrança de impostos. Entre 1729 e 1734 a exploração dos diamantes era permitida aos que tivessem escravos e capital para investir, sendo cobrado uma taxa de capitação por cada escravo empregado na mineração. Em 1734 foi estabelecida a demarcação do Distrito Diamantino, que correspondia a uma área maior do que a do atual município. Em 1734 todas as concessões das lavras foram revogadas em função da queda do preço do diamante no mercado internacional, provocada pela descoberta das jazidas de diamantes na África. O Regimento Diamantino¹ determinou como privativo da Real Fazenda a extração e comércio de diamantes. Além de outras providências, o Regimento fixava o número de escravos a serem empregados nos serviços de mineração, castigos, proibição de ofícios, limitava o número de estabelecimentos comerciais, além da entrada e saída de pessoas no Distrito. Estabeleceu orçamento anual, prestação de contas, hierarquias, sistema jurídico e monetário. Por tudo isso, convencionou-se denominar o Distrito Diamantino como “um Estado dentro de um Estado” (SANTOS, 1926).

Em 1831 o Arraial do Tijuco foi elevado à categoria de Vila sendo em 1835 sua elevação à cidade. Com a extinção da Real Extração tornou-se livre a mineração. No final do século XIX foi inaugurados a fábrica de tecidos de Biribiri, com o objetivo precípuo de oferecer empregos às mulheres e às crianças. Havia ainda na Região, pequenas oficinas de fundição de ferro, responsáveis pela fabricação de ferramentas, fábricas de cachaça e rapadura. Artigos como chapéus, sabão, velas, cigarros, pólvora e cerâmica também eram. Além disso, era significativa a produção de vinho.

No início do século XX, Diamantina firmara-se como o centro comercial mais importante do norte de Minas Gerais. O comércio sofreu maior incentivo com a instalação da estrada de ferro em 1914, consolidando-se assim, a posição da cidade como entreposto comercial, e mantendo-se nessa posição durante as três décadas que se seguiram. Foi só com a expansão das estradas de rodagem para outras regiões do Jequitinhonha, a partir dos anos 60, que Diamantina deixa de ser o importante entreposto comercial do passado, estabelecendo-se, a partir daí, um processo de estagnação econômica (MARTINS, 2000).

A queda na produção do diamante no século XIX provocou a diminuição do ritmo de crescimento da cidade. A ocupação da parte alta da cidade começou no final do

¹ O Regimento Diamantina, conhecido também como o Livro da Capa Verde, codificava toda uma legislação anterior relativa à administração da mineração e estabelecia novas normas aparelhadas ao sistema burocrático.

referido século, com a construção do Seminário e a posterior inauguração da Estação Ferroviária. Surgiu a Vila Romana, em torno da estrada de ferro, e depois a Vila Operária e Santo Antônio. Mais tarde, surgiram os bairros de Fátima, Presidente e Bela Vista (MARTINS, 2000).

Nos anos 50, com a eleição de Juscelino Kubitschek para a presidência da República, Diamantina passou a ser conhecida nacional e internacionalmente. Na época a cidade passou a ser sede de algumas repartições públicas de interesse regional. A Comissão para o Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE) foi implementada nessa época (MARTINS, 2000).

A partir da década de 70 iniciou-se a utilização de dragas nos garimpos, modificando-se, portanto, as técnicas de mineração. A implantação de novas tecnologias alterou o caráter da extração, limitando o acesso dos garimpeiros, que trabalhavam do modo tradicional, aos minerais. No Diagnóstico Municipal do Programa de Desenvolvimento Local e Sustentável (DLIS) do SEBRAE-MG, de 2003, registra-se um deslocamento de parte da população que se ocupava da atividade garimpeira para o setor primário. No entanto, devido ao seu baixo dinamismo, tal setor não tem conseguido absorver essa mão-de-obra, gerando êxodo demográfico.

Principalmente a partir dos anos oitenta observou-se a desaceleração na extração do diamante, mas, ainda assim, esta atividade continua ativa na região, sendo relevante para a economia da cidade. Grande parte da rede hoteleira é de propriedade de famílias ligadas ao garimpo, bem como 80% das casas de comércio. Há ainda cerca de 15 escritórios de compra e venda de pedras na cidade. Parte dos diamantes é lapidada nas cidades de Franca e Rio de Janeiro e parte é exportada em estado bruto (SEBRAE-MG, 2003).

Desde 1988 a Mineração Rio Novo, Ltda., pertencente ao grupo Andrade Gutierrez, desenvolve atividades de mineração aluvial de ouro e diamantes na região, contando com 210 funcionários. O número de funcionários diminuiu significativamente nos últimos anos em função do decréscimo na produção. Os principais clientes da empresa são compradores do próprio município, do Estado e do exterior, com destaque para a Bélgica (SEBRAE-MG, 2003).

No setor terciário, o turismo vem desempenhando cada vez mais importância na economia local. Tal atividade incrementou-se a partir do reconhecimento de Diamantina como Patrimônio Cultural da Humanidade. O município conta com atrativos naturais, históricos e culturais. Possui diversas igrejas, dois museus e um importante acervo arquitetônico, constituído por aproximadamente 500 imóveis catalogados. Cerca de um terço destes imóveis são do século XVIII e mais da metade encontram-se em bom estado de conservação. Destacam-se também na região atrativos naturais, como o Parque Estadual do Biribiri e o Caminho dos Escravos, além de diversas cachoeiras. Os distritos constituem-se como um acervo cultural de valor inestimável, com manifestações religiosas, artísticas e artesanais importantes.

Entretanto, a atividade turística vem sendo desenvolvida de maneira desordenada, com pouco planejamento. Há pouca preparação do empresariado e da mão-de-obra.

A grande maioria dos empreendimentos é de porte micro, implementados basicamente nas décadas de 80 e 90. Desses estabelecimentos, vários não utilizam forma de divulgação de seus serviços. Os elevados preços nos hotéis e restaurantes, funcionamento do comércio em horário incompatível com o turismo, falta de limpeza dos locais de visitação, carência de banheiros públicos são detectados como problemas pelo Diagnóstico Municipal do SEBRAE-MG (2003). O carnaval, evento turístico de massa na cidade é encarado pelo empresariado como pouco lucrativo e pela população como depredador da cidade.

Segundo o referido Diagnóstico, o turista de Diamantina é predominantemente brasileiro, do sexo masculino, residente em Minas Gerais, em faixa-etária produtiva e com renda familiar acima de 10 salários mínimos. Os motivos de visitação dos turistas à cidade são predominantemente a busca de atrativos culturais, seguida pelo interesse pelas belezas naturais e, em terceiro lugar, ocupando expressão relevante, (19%do total) a visitação se dá em função do interesse pela Universidade, realçando a importância da educação superior como fato de interesse das pessoas e de renda para o lugar (SEBRAE-MG, 2003).

O Presidente Juscelino Kubtscheck instituiu o ensino superior em Diamantina, com criação da Faculdade de Odontologia de Diamantina (FAOD), que em 1960 passou a se chamar Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina (FAFEOD). Em 1997 iniciou-se a expansão dos cursos da instituição. Em 2002 a FAFEOD transformou-se na FAFEID – Faculdades Federais Integradas de Diamantina, até então contando com oito cursos de graduação. Em setembro de 2005, a FAFEID foi transformada em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) para a qual estão sendo estruturados vários outros cursos. Há ainda outras instituições de ensino superior na cidade - a Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina (FAFIDIA) e a Faculdade de Ciências Jurídicas (FCJ), agregadas à Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). O Centro de Educação Integrada de Diamantina (CEI), integrado à Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC) e a Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR) também marcam presença na região (PEREIRA,2005). Esse panorama é um possível propulsor de desenvolvimento para a região, e a cidade de Diamantina firma-se, cada vez mais, como pólo educacional da região.

5- Dinâmica Demográfica recente do Município de Diamantina

Diamantina tem sido alvo de mudanças significativas em seu ritmo de crescimento populacional, como mostra a Tabela 1. Nos anos 70, a população total do município apresentou um pequeno crescimento médio anual, de 0,36%, tendo sido observada a redução, em números absolutos, da população rural. Na Década de 80 verificou-se o crescimento das populações residentes em áreas urbanas e rurais do município, tendo a população total atingido a marca dos 44.299 habitantes no ano de 1991. Já os anos 90 foram palco de um expressivo êxodo da população rural do município de Diamantina, para a qual se observa taxa de crescimento negativa de -4,36% ao ano entre 1991 e 2000. A população urbana também teve seu ritmo de crescimento reduzido neste mesmo período e a população total do município não passou dos 44.259 habitantes, com taxa de crescimento negativa de -0,01% ao ano. Os dados preliminares da PNAD de 2005 confirmam a tendência à estagnação do crescimento populacional do município, que no período de 2000 a 2005, manteve a mesma taxa

de crescimento negativa verificada no período anterior. Entretanto, apenas com a informação sobre a população total em 2005, não se pode inferir se tal estagnação se deve à continuidade do êxodo rural observado entre 1991 e 2000. O crescimento observado para a população do Estado de Minas, durante a Década de 90, foi de aproximadamente 1,5%, bastante distinto do crescimento populacional de Diamantina no mesmo período.

Tabela 1

Diamantina: Pessoas residentes, taxa de crescimento populacional e Grau de

Anos	Urbana	Rural	Total	Taxa de crescimento (%)*			Grau de Urbanização (%)
				Urbana	Rural	Total	
1970	23.688	10.984	34.672	-	-	-	68,32
1980	26.514	9.412	35.926	1,13	-1,53	0,36	73,80
1991	34.609	9.690	44.299	2,45	0,26	1,92	78,13
2000	37.774	6.485	44.259	0,98	-4,36	-0,01	85,35
2005	-	-	44.234	-	-	-0,01	-

Fonte - IBGE: Censos Demográficos de 1970,1980,1991 e 2000 e dados preliminares da PNAD de 2005.

*obs: taxa de crescimento anual da população na década anterior.

Urbanização segundo situação do domicílio, de 1970 a 2005

Os números apresentados na Tabela 1 permitem inferir que uma parcela significativa da população que emigrou das áreas rurais de Diamantina teve destino diferente da sede deste município. A diferença entre a população rural do início e do fim do período, que é de 3.205 habitantes, é valor muito próximo ao observado para a diferença entre a população urbana do final e do início do período, 3.165 habitantes. Como uma parcela do crescimento urbano se deveu ao crescimento vegetativo da população, associado aos seus níveis de fecundidade e mortalidade, pode-se considerar que a imigração para a sede é de menor magnitude do que a emigração das áreas rurais. Uma das possíveis explicações para esta dinâmica se assenta no esgotamento da atividade mineradora, que afetou fortemente o município, mas, particularmente a população rural, bastante dependente dessa atividade econômica, fundamentalmente por causa da tradição do garimpo naquela região.

O Grau de Urbanização do Município elevou-se de 60% para cerca de 85%, entre 1970 e 2000. Nas Décadas de 70 e 80 o aumento da proporção de pessoas residentes na zona urbana se processou, sobretudo, em função do crescimento daquela população, visto ser o crescimento da população rural, negativo ou pouco significativo. Entretanto, nos anos 90, parte do notável aumento no Grau de Urbanização do Município, que passou de 78% para 85%, foi em consequência da queda na participação relativa da população rural, reduzida em aproximadamente um terço entre os anos de 1991 e 2000. O Grau de Urbanização de Diamantina superou o de Minas Gerais no ano 2000, sendo este Estado composto por 82% de população urbana.

A área de abrangência do município de Diamantina é de 3.993,3 km² e sua densidade demográfica é igual a 11,0 hab/km², valor inferior ao do Estado de Minas Gerais (30,5 hab/km²), mas semelhante ao da Microrregião (11,9 hab/km²). Além da sede municipal, Diamantina possui 11 distritos e mais de uma dezena de povoados (Tabela 2). Entre os distritos mais populosos, excetuando-se a sede, estão Senador Mourão, Desembargador Otoni e São João da Chapada, cada qual com cerca de 6% da população total do município. No que se refere ao crescimento demográfico no período recente segundo os diversos distritos de Diamantina, as taxas negativas de crescimento mais expressivas, em torno de -3,0% ao ano, correspondem aos municípios de maior porte populacional.

De maneira geral, o ritmo reduzido do crescimento da população urbana e o expressivo êxodo rural no município de Diamantina, nos anos 90, indica a baixa capacidade de retenção de seus habitantes e de atração de populações da microrregião, apesar da sua condição histórica de pólo regional, em consequência de seu baixo dinamismo e estagnação econômica. O fortalecimento das atividades que ora buscam substituir as atividades mineradoras, como a turística, e a ampliação do potencial do município como pólo educacional, diferem tanto da atividade mineradora, que nas áreas rurais, uma parcela significativa dos emigrantes é constituída de garimpeiros e compradores, que possivelmente foram em busca de novos garimpos. Alguns povoados simplesmente desapareceram, como é o caso de Capão-Maravilha e Caeté-Mirim. Na sede, espera-se um novo crescimento populacional, associado à implantação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Além da educação, a atividade turística, que vem se consolidando como a melhor alternativa de geração de renda para a população diamantinense, deverá condicionar uma nova etapa na dinâmica demográfica do município, voltando a aumentar o seu potencial como pólo de atração regional.

Tabela 2

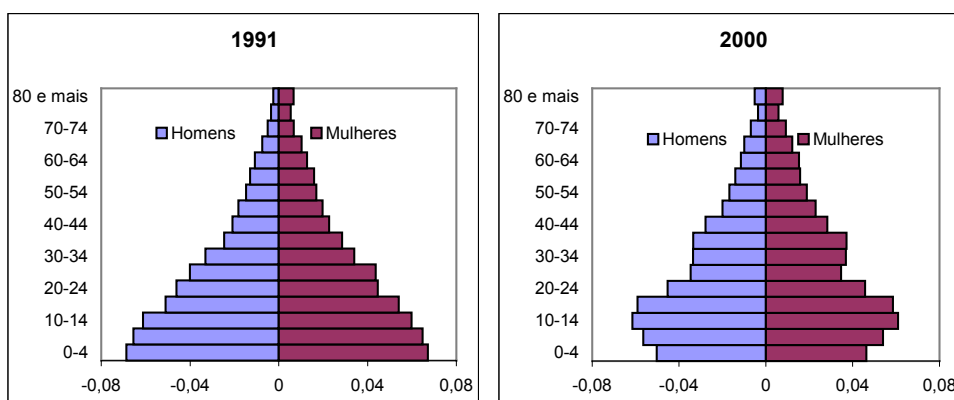
Diamantina: Pessoas residentes e taxa de crescimento populacional segundo Sede e Distritos, 1991 e 2000

Município e Distritos	Total		r (%)
	1991	2000	1991-2000
Diamantina (Município)	44.308	44.259	-0,01
Conselheiro Mata	884	835	-0,63
Desembargador Otoni	3.153	2.363	-3,15
Diamantina (Sede)	26.264	29.667	1,36
Extração	1.336	950	-3,72
Guinda	681	488	-3,64
Inhaí	2.198	1.901	-1,60
Mendanha	801	832	0,42
Planalto de Minas	1.753	1.446	-2,12
São João Chapada	2.856	2.322	-2,27
Senador Mourão	3.636	2.774	-2,96
Sopa	746	681	-1,01

Fonte - IBGE: Censos Demográficos de 1991 e 2000.

A Figura 1 corresponde às pirâmides etárias do município de Diamantina, segundo grupos quinquenais de idade, nos anos de 1991 e 2000. É notável a mudança na estrutura etária, caracterizada pelo estreitamento da base d pirâmide (grupos 0-4 e 5-9) em decorrência do significativo declínio no nível de fecundidade, no período em questão, que passou de 4,6 filhos por mulher, em 1991, para 2,6 filhos por mulher no ano 2000 (ver TAB 3). A TFT do Estado passou de 2,69 filhos por mulher, em 1991, para 2,23 filhos por mulher em 2000, e sua comparação com as taxas de Diamantina mostra como a queda da fecundidade naquele município foi acelerada no período observado. O estreitamento dos grupos quinquenais de 20 a 24 a 30 a 34 anos, em 2000, deve estar associado à seletividade migratória nestas idades.

Figura 1



Fonte - IBGE: Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Pirâmides etárias da população do Município de Diamantina, 1991 e 2000

A Tabela 3 mostra que a Razão de Dependência² da população de Diamantina foi decrescente no período de 1991 a 2000, em função da redução na proporção da população infanto-juvenil, que no primeiro ano correspondia a 38,7% da população total, passando a representar menos de 33%, em 2000; e ao aumento da população em idade ativa, de 56,5% para 61% no período estudado. Este panorama é bastante favorável ao município, pois quanto maior a diminuição do coeficiente de dependência, maior será a oportunidade demográfica de acelerar o desenvolvimento, caso sejam implementadas políticas adequadas.

² Razão entre a população com menos de 15 e mais de 65 anos e a população com idades entre 15 e 64 anos.

Tabela 3**Razão de Dependência da população de Diamantina, 1991 e 2000**

Estrutura Etária	1991	(%)	2000	(%)
Menores de 15 anos	17.152	38,7	14.579	32,9
15 a 64 anos	25.045	56,5	27.007	61,0
65 anos e mais	2.102	4,7	2.673	6,0
Razão de Dependência (%)	76,9		63,9	

Fonte - IBGE: Censos Demográficos de 1991 e 2000.

A evolução dos indicadores de mortalidade infantil e esperança de vida ao nascer, entre 1991 e 2000, traz resultados positivos, como pode ser visto na tabela 4. A queda da mortalidade infantil foi de cerca de 6%, com 32,8 óbitos a cada mil nascidos vivos, no ano 2000, número superior ao do Estado (27,75 óbitos a cada mil nascidos vivos), mas inferior ao da Microrregião (42,57 óbitos a cada mil nascidos vivos). A esperança de vida ao nascer cresceu 2,5 anos no período considerado, refletindo em um pequeno aumento relativo dos grupos etários mais avançados, mais ainda assim, foi inferior às médias da microrregião, que cresceu 2,89 anos, e do Estado, que cresceu 4 anos (PNUD, IPEA, FJP, 2005).

Tabela 4**Indicadores de mortalidade, longevidade e fecundidade da população de Diamantina, 1991 e 2000**

Indicadores	1991	2000
Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)	34,8	32,8
Esperança de vida ao nascer (anos)	66,2	68,7
Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	4,6	2,6

Fonte - PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro, 2005.

6- Aspectos Socioeconômicos do Município de Diamantina

Apesar do declínio da principal atividade econômica que deu nome ao município, os anos 90 trouxeram o crescimento da renda per capita média municipal, e redução na proporção de pobres³ (Tabela 5). A renda per capita do Município de Diamantina, em 2000, é superior à renda da Microrregião, que foi de R\$122,00 no mesmo ano, mas está aquém dos R\$276,6 que correspondem à renda per capita média estadual. Ainda assim, a evolução do Índice de Gini⁴ mostra que a desigualdade aumentou no município, ficando próxima da observada, segundo o mesmo indicador, no Estado de Minas, no ano de 2000 (0,61) (PNUD, IPEA, FJP, 2005).

³ A proporção de pobres é medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar inferior a R\$75,00, equivalente à metade do salário mínimo em agosto de 2000 (PNUD, IPEA, FJP, 2005).

⁴ A definição do Índice de Gini é traduzida pelo grau de desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima.

Tabela 5

Diamantina: indicadores econômicos, 1991 e 2000

Indicadores	1991	2000
Renda per capita média (R\$)	136,9	213,0
Proporção de pobres (%)	52,3	40,2
Índice de Gini	0,58	0,63

Fonte - PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro, 2005.

A Tabela 6 mostra a porcentagem da renda apropriada por extrato da população nos anos de 1991 e 2000. Enquanto o percentual dos 80% mais pobres se reduz de 36,4% para 32,8%, a proporção dos 20% mais ricos aumentou de 63,3% para 67,2%, confirmando a exacerbação da desigualdade mostrada pelo Índice de Gini.

Este panorama pode estar associado ao esgotamento do garimpo, que até um passado recente representou uma atividade que possibilitou ampla mobilidade social para a população diamantinense. O turismo, apesar de mobilizar uma série de outras atividades geradoras de renda, é uma atividade que concentra a renda em um extrato mais reduzido da população, que teve condições de se ajustar às demandas desta nova atividade econômica.

Tabela 6

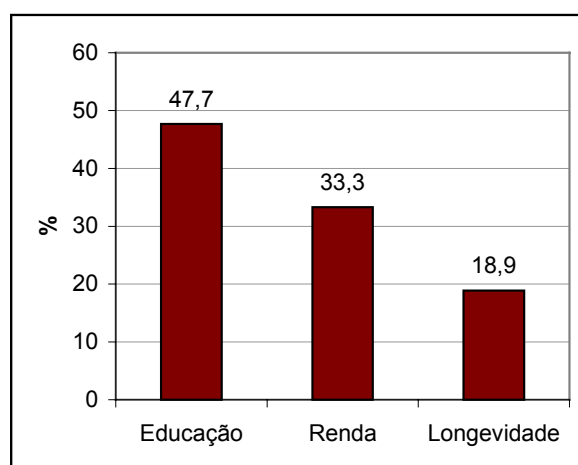
Diamantina: indicadores econômicos, 1991 e 2000

Extratos da população	1991	2000
20% mais pobres	3,3	1,8
40% mais pobres	9,8	7,0
60% mais pobres	19,9	15,9
80% mais pobres	36,4	32,8
20% mais ricos	63,6	67,2

Fonte - PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro, 2005.

O Índice de Desenvolvimento Humano municipal (IDHm), denota o nível de desenvolvimento dos municípios, segundo as dimensões educação, renda e longevidade. O IDHm se divide em 3 categorias: baixo (0,00-0,49), médio (0,50-0,79) e alto desenvolvimento humano (0,80-1,00). No período de 1991 a 2000, o IDHm cresceu aproximadamente 11%, sendo a variável educação a que mais contribuiu para o seu aumento. A dimensão educação teve crescimento de 47,5%, contra 33,3% da renda e 18,9% da longevidade (Figura 2).

Figura 2



Fonte - PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro, 2005.

Diamantina: contribuição para o IDH, 2000

Em 2000, o IDHm de Diamantina dói de 0,748, classificado, portanto, como de médio desenvolvimento humano. Este valor está abaixo do encontrado para Minas Gerais no mesmo ano (0,778), sendo superior ao IDH municipal médio da microrregião de Diamantina (0,685) (PNUD, IPEA, FJP, 2005).

Tabela 7

Diamantina: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 1991 e 2000

Índice de Desenvolvimento Humano - IDH	1991	2000
IDHm (Municipal)	0,674	0,748
IDHe (Educação)	0,742	0,848
IDHr (Renda)	0,594	0,668
IDHi (Longevidade)	0,686	0,728

Fonte - PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro, 2005.

A Tabela 8 apresenta a proporção de pessoas de diversos grupos de idade que nos anos de 1991 e 2000 freqüentavam a escola. Verificam-se mudanças positivas em 2000, relativamente a 1991. Observa-se um aumento considerável de crianças na educação infantil, e de jovens de 15 a 17 anos na escola. A proporção de crianças e jovens de 7 a 14 anos freqüentando a escola também aumentou consideravelmente, atingindo um patamar bastante elevado em 2000, de aproximadamente 97%. Entretanto, ainda é baixa a proporção de jovens com idades entre 15 e 17 anos que freqüentam o ensino médio, apesar de ter havido um crescimento relativo no período em questão. A proporção de jovens com idades entre 18 e 24 anos teve um ligeiro

decréscimo entre 1991 e 2000, mas esta situação tende a ser revertida no futuro por causa da implantação da Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri, no ano de 2005.

Tabela 8

Diamantina: população, segundo grupos de idade, que freqüentavam a escola em 1991 e 2000 (%)

5 a 6 anos na escola (%)		7 a 14 anos na escola (%)		15 a 17 anos na escola (%)		15 a 17 anos no ensino médio (%)		18 a 24 anos no curso superior (%)	
1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
37,73	70,79	80,81	96,82	45,34	81,89	11,82	38,18	4,32	3,99

Fonte - PNUD, IPEA e Fundação João Pinheiro, 2005.

7- Conclusão

Durante três séculos, a exploração do diamante constituiu-se como principal atividade econômica no município de Diamantina. Nos últimos tempos, a atividade mineradora vem se esgotando, sendo principalmente desempenhada por grandes empresas, detentoras de recursos econômicos e tecnológicos. Tal fato vem ocasionando movimentos migratórios, mudança ocupacional de parte da população e esvaziamento de pequenas localidades.

Durante a referida transição de atividade econômica foram observadas mudanças substanciais na dinâmica demográfica do município de Diamantina. O expressivo declínio em seus níveis de fecundidade, paralelamente ao aumento da emigração rural e, possivelmente, da urbana, representada pela população das idades ativas mais jovens, influenciou sobremaneira o ritmo de crescimento populacional do município, que nos últimos 25 anos manteve o tamanho de sua população estável. Tal mudança pode estar associada com a reestruturação econômica do município, que, em um primeiro momento, apresentava perspectivas menores de inserção da população ativa. O desenvolvimento das atividades turísticas e educacionais vai ao encontro das necessidades de se absorver a mão de obra local e preencher um espaço deixado pela atividade econômica predominante exercida anteriormente. Isso poderá propiciar novas mudanças na dinâmica populacional do município.

Do ponto de vista socioeconômico e demográfico, o município de Diamantina poderia estar se aproveitando do atual momento, que é positivo, para focar ações específicas voltadas para o seu desenvolvimento. O reduzido ritmo de crescimento populacional do município e a redução da Razão de Dependência, observados na última década, alargam as possibilidades de desenvolvimento, sendo preciso atentar para as demandas reais de políticas públicas que devem ser focalizadas. Assim, aproveitando-se o momento extremamente fértil para o desenvolvimento da educação, que é assentado na implantação da UFVJM, é necessário que este projeto seja mais abrangente e inclua alunos de diversos perfis socioeconômicos da comunidade local. Isso só acontecerá se houver investimentos na qualidade do ensino fundamental e médio.

É contrastante a atividade mineradora com as atividades turística e educacional. A atividade mineradora estabelece uma relação predatória com o meio e uma maior concentração de riqueza. Pode-se postular que as atividades turística e educacional fomentam um desenvolvimento com características que levam à concepção de desenvolvimento social que privilegie uma distribuição mais equânime da riqueza, privilegiando maior igualdade entre os homens.

A educação vem ganhando cada vez mais destaque em Diamantina, o que poderá fazer com que a cidade se reafirme como pólo regional, posição que historicamente ocupou ao longo dos anos, mas que vinha sendo ameaçada pela redução do garimpo. O turismo também vem ganhando espaço cada vez maior dentre as atividades exercidas no município, firmando-se como fomentador de desenvolvimento para a região. Entretanto, é necessário considerar a necessidade de maior planejamento dessa atividade, de modo que ela possa ganhar a proporção devida no cenário sócio-econômico de Diamantina.

8- Referências Bibliográficas

ARANHA, M. L. A. *Filosofando - introdução à filosofia*. São Paulo, Ed. Moderna, 1989.

CAMPOLINA, A. M. P. *Escavidão em Minas Gerais*. Belo Horizonte, Cadernos do arquivo 1, Arquivo Público Mineiro, 1988.

HABERMAS, J. *Conhecimento e interesse*. Rio de Janeiro. Ed.Zahar, 1982.

IBGE. *Censos Demográficos de 1991 e de 2000 (dados da amostra)*.

IBGE. *Pesquisa Nacional Por Amostragem Domiciliar de 2005. Dados da amostra*.

LIMA JUNIOR, A. *A capitania das Minas Gerais*. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo, 1978.

MARTINS, M. L. *Breve história de Diamantina*. Diamantina. Ed. do autor, 1993.

MATA-MAACHADO, A. *Arraial do Tijucu cidade Diamantina*. 3ª Ed. São Paulo. Itatiaia, 1980.

MENEZES, J. N. *O continente rústico – abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina. Editora Maria Fumaça, 2000.

MOURA, A. P. *História da violência em Minas*. Belo Horizonte. Ed. do autor, 1983.

PEREIRA, M. A. A. *Domínio histórico-social*. In: *Serra do Espinhaço Meridional – paisagens e ambientes*. SILVA, A. C.; PEDREIRA, L.C.V.S.F; ABREU, P.A.A. (organizadores). Belo Horizonte. Ed. O Lutador, 2005.

PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, DF: PNUD, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza – Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade. Ed. Cortez, 8ª ed., São Paulo, S.P, 2001.

SANTOS, Joaquim, F. Memórias do Distrito Diamantino. 4ª Ed. Cortez, 8ª ed., São Paulo, S.P, 2001.